



CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

Mudança Climática, Segurança e o Futuro da Amazônia

Marco Cepik (29/09/2017)

No dia 26 de setembro o governo Temer revogou o decreto que extinguiu a RENCA, Reserva Nacional do Cobre e Derivados (<https://goo.gl/Bm6kvC>). Por sua vez, no dia 11 de outubro o Supremo Tribunal Federal (STF) deve retomar o julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) movidas contra o novo Código Florestal instituído pela Lei 12.651/2012 (<https://goo.gl/2MqzYS>). Dentre os princípios do código está o compromisso soberano do Brasil com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático, para o bem-estar das gerações atuais e futuras. Entretanto, a Procuradoria Geral da República (PGR) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ajuizaram ações contra as novas regras de recomposição da vegetação nativa às margens dos rios, consideradas lesivas à segurança hídrica, energética, alimentar e climática do Brasil.

Os dois episódios exemplificam a importância das questões ambientais nos conflitos de interesse e opinião no país. No plano internacional, o contraste entre a decisão do governo Trump de retirar os Estados Unidos do Acordo de Paris e a devastação causada por eventos climáticos extremos ligados ao aquecimento global também indicam as tensões que a temática ambiental provoca na atualidade.

No sítio internet da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) encontra-se uma lista de temas prioritários da agência, dentre os quais se incluem o Meio Ambiente, a Segurança das Fronteiras e a Não Proliferação de Armas de Destruição em Massa. Neste texto discutirei duas dimensões da relação entre meio ambiente e atividade de inteligência (<https://goo.gl/EkqXTk>). Primeiro, a dimensão internacional, onde cabe à inteligência analisar as ações e propostas de outros governos, instituições, empresas e grupos não-governamentais, avaliando riscos, ameaças e oportunidades globais e



CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

regionais. A segunda dimensão é o suporte à defesa nacional e ao enfrentamento dos crimes ambientais e suas consequências. Embora as operações interagências do governo federal (incluindo a ABIN) para garantir a preservação ambiental ocorram em diferentes áreas do território nacional, devo destacar aqui o caso da Amazônia Legal, foco da Operação SINOP (2011), da Operação Amparo (2011) e da Operação Hiléia Pátria (2013), por exemplo. Ao final, espero ter indicado como o desenvolvimento sustentável e a segurança democrática podem beneficiar-se da inteligência.

Mudança climática e segurança internacional

Conforme o Atlas de Política Brasileira de Defesa (<https://goo.gl/HNngHK>), o aquecimento global e a transição climática constituem temas de segurança internacional porque seu impacto sobre diferentes países e grupos sociais é desigual e potencialmente conflitivo. Entre a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992) e a última Conferência das Partes (Paris, 2015), houve o reconhecimento do direito ao desenvolvimento e das responsabilidades diferenciadas na preservação do meio ambiente.

Eventos climáticos extremos, como secas, incêndios, tempestades e enchentes, por exemplo, não constituem “ameaças” no sentido literal da declaração de intencionalidade de causar dano a outrem. Porém, na medida em que avança o consenso científico e político sobre as causas humanas do aquecimento global, o dolo indireto acrescenta uma dimensão propriamente securitária ao risco. Afinal, os temas ambientais já não se restringem a conflitos econômicos distributivos e redistributivos, mas tornam-se, no limite, questões de vida e morte. Neste sentido, a decisão do governo Trump de retirar os Estados Unidos do Acordo de Paris é de fato uma ameaça para a segurança coletiva global.

Ainda assim, os nexos causais entre mudança climática e conflito violento são complexos. Por isso mesmo, o risco de mudanças abruptas e/ou profundas no equilíbrio ecológico local, nacional, continental e global deve ser monitorado e estimado pelo SISBIN. Há pelo menos três aspectos da vulnerabilidade que precisam



CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

ser avaliados: 1) graus de exposição à mudança climática. 2) sensibilidade à mudança climática. 3) capacidades assimétricas de adaptação, mitigação e engenharia ambiental. A mudança climática pode afetar os níveis internacionais de conflito (polarização), tanto diretamente (controle por recursos escassos como água e biomas não degradados), quanto indiretamente (vulnerabilidades desiguais e falhas institucionais para resolver disputas).

Entre 1991 e 2016, o número e a intensidade das guerras e disputas militarizadas (MIDs) entre países diminuiu no sistema internacional. Como a temperatura média global aumentou no mesmo período, Erik Gartzke (2012) sugeriu a possibilidade de que a transição climática possa estimular mais a paz do que o conflito. Por outro lado, houve aumento no número de guerras civis e conflitos violentos. E, mais importante, as consequências do aquecimento global ao longo do século XXI não serão lineares. Por um lado, os cenários do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) variam entre 0,3 e 1,7 °C (mais baixo), ou entre 2,6 e 4,8 °C (mais alto). Mesmo no cenário mais otimista, o aumento dos níveis dos oceanos e sua acidificação, a expansão dos desertos nas regiões tropicais, a recorrência de eventos climáticos extremos (secas, cheias, ondas de calor, tempestades, etc), a redução da biodiversidade e a insegurança alimentar e energética são alguns dos efeitos com alto potencial conflitivo que precisam ser monitorados e analisados.

Amazônia e o desafio do desenvolvimento sustentável

Segundo o Portal de Conhecimento sobre Mudança Climática do Banco Mundial, a temperatura média anual no Brasil aumentou cerca de 0,7°C nos últimos cinquenta anos (<https://goo.gl/rBeSeN>). Em um dos modelos utilizados pelo Banco Mundial, a temperatura média para o mês de janeiro no Brasil deve subir para pouco mais de 27°C no período 2020-2039, ou seja, mais de um grau centígrado acima da média para o mesmo mês no período 1986-2005. A média anual de chuvas no país diminuiu cerca de 200 mm por década na segunda metade do século XX. Nas projeções do Banco Mundial não se verifica queda na quantidade ou no regime de



CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

chuva para o país como um todo. Entretanto, todas as variáveis sobre seca e precipitações no Brasil são fortemente sensíveis ao que acontecer com a Amazônia nas próximas décadas.

A floresta amazônica cobre a maior parte da Bacia Amazônica da América do Sul (5,5 dos 7,8 milhões de km²). Mais de 67% da floresta encontra-se no território brasileiro, mas muitos biomas importantes e as nascentes dos principais rios encontram-se nos países vizinhos. Metade das florestas tropicais remanescentes no mundo e 70% da água doce disponível no planeta encontram-se na chamada Pan-Amazônia (GHELLER; GONZALES; MELO, 2015).

No Brasil, a Amazônia Legal (formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) representa 59% do território brasileiro (mais de 5 milhões de km²) e 12,3% da população do país (cerca de 25 milhões de habitantes). Além de possuir mais de 11.300 km de fronteiras com sete países e mais de 25 mil km de rios navegáveis, o clima equatorial e o ciclo de chuvas (34% da precipitação anual vem da evaporação) da Amazônia afetam positivamente outros biomas, como o pantanal, o cerrado e até a Mata Atlântica.

Embora seja o maior dos seis biomas principais do Brasil, com a maior biodiversidade do planeta, grande potencial hidroelétrico, riquezas minerais e diversidade cultural (56% da população indígena brasileira), a Amazônia ainda apresenta muitos déficits de capacidade estatal e democracia, requisitos para um exercício pleno da soberania nacional e popular previstas na Constituição. Nas últimas décadas houve avanços institucionais importantes. Apenas para citar alguns, lembro da criação do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CONAMAZ), regulado pelo Decreto 1.541/1995, bem como da promulgação da Lei 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, da criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Lei 11.516/2007), do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal (<https://goo.gl/NrDF9u>), atualizado desde 2004,



CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

da adoção do Plano Amazônia Sustentável (<https://goo.gl/g9x7EG>) em 2008, e da Política Nacional sobre Mudança do Clima, estabelecida pela Lei 12.187/2009.

Quando o então presidente Lula lançou o Plano Amazônia Sustentável em 2008, declarou que a Amazônia produzia benefícios para todos os seres humanos do planeta, mas quem cuida e decide soberanamente é o Brasil (<https://goo.gl/fQWSai>). De fato, segundo os dados de inteligência de imagens e sinais do Projeto PRODES (<https://goo.gl/hKoqfb>), entre 2004 e 2016 houve redução de 72% na área desmatada da Amazônia Legal.

No entanto, em 2016 houve aumento de 27% na área desmatada (de 6.207 km² em 2015 para 7.893 km²). Isso fez do ano passado o pior desde 2008 e levou o governo da Noruega a cortar recursos para o Fundo Amazônia, o qual é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme o Decreto 6.527/2008. Juntamente com o desmatamento, aumentaram outras formas de degradação dos recursos naturais, como queimadas, garimpagem ilegal, grilagem de terras e biopirataria da fauna e da flora. Finalmente, outro indicador de risco para a segurança na região foi o crescimento da violência no campo em 2016 (<https://goo.gl/gNJ7F3>). Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), na Amazônia Legal ocorreram 48 dos 61 assassinatos em conflitos no campo (79%), 50 das 74 tentativas de assassinato (68%), 391 das 571 agressões físicas, 192 das 228 prisões e 171 das 200 ameaças de morte registradas (86%).

Resumindo, a Amazônia está exposta a diversas ameaças e riscos. A segurança da região e de seus habitantes depende da atuação cada vez mais integrada e democrática do estado brasileiro e dos países vizinhos. Neste sentido, é importante destacar o papel do CENSIPAM, o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (<http://www.sipam.gov.br>). E também da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), cuja Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (<https://goo.gl/uvxtwu>) pode ser sinérgica com a defesa nacional, a segurança e a inteligência do Brasil.



CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

Sugestão de Leitura:

LIMA, Maria Regina Soares et al. Atlas da Política Brasileira de Defesa. Rio de Janeiro, CLACSO/LATITUDE SUL, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/HNnghK>.

GHELLER, Gilberto F.; GONZALES, Selma L. M.; MELO, Laerte, P. (organizadores). Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil. Brasília, IPEA/EME, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/9t63Wr>.

DAVIDSON, Eric A. et al. The Amazon Basin in Transition. Nature, Vol. 481, January 2012, pp. 321-232.

GARTZKE, Erik. Could climate change precipitate peace? Journal of Peace Research, 49 (1) pp. 177-192.